

# Relatório Anual

## 2016

“Vidas são descartáveis aos olhos humanos sedados pela ganância, autoritarismo, e vaidades do poder!

Pouco ou nada valem senão para a submissão da autocracia dominante que reina soberana sem sequer aceitar apelo e interferência da população.”

VALERIA NUNES DE ALMEIDA E ALMEIDA

Introdução – Página 3

SMDH: histórico, missão, finalidades estatutárias e objetivos

Infraestrutura

Resumo Financeiro

Projeto e Atividades

## Introdução:

Este relatório traz uma descrição pormenorizada das atividades da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no ano de 2016. O seu objetivo é dar publicidade e transparência às ações da SMDH, enumerando as ações realizadas pela instituição, e informando as respectivas despesas inerentes à realização das suas atividades e projetos.

Um breve histórico da instituição inicia o documento, informando também a missão e os objetivos da SMDH para que, em seguida, seja realizada uma descrição da estrutura da instituição, no que diz respeito aos bens patrimoniais e à composição dos recursos humanos. Na sequência, é apresentado um resumo dos custos operacionais no ano de 2016, e dos recursos obtidos durante o mesmo período.

Por fim, são descritos, em detalhes, os projetos desenvolvidos pela SMDH, e cada uma das ações específicas realizadas através destes projetos (formações, audiências públicas, elaboração de notas técnicas, relatórios, acompanhamento de audiências judiciais, assessoramento jurídico, psicológico e social, dentre muitas outras), detalhando os objetivos, e os resultados destas atividades.

Trata-se de uma ferramenta de monitoramento e visualização do trabalho desenvolvido pela SMDH e do orçamento da mesma no período de 2015. A publicidade e a transparência destas informações possibilitam o controle social e o monitoramento dos investimentos e das ações realizadas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

## SMDH: histórico, missão, finalidades estatutárias e objetivos

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH nasceu em 12 de fevereiro de 1979, período de efervescência política, marcado por um contexto nacional de grandes violações a Direitos Humanos. A entidade logo se tornou espaço de militância e de confluência dos movimentos sociais do Maranhão contra a ditadura e na luta pela democratização. Desde então, a SMDH tem adotado uma linha de ação que articula formação, mobilização social e

política, formulação de denúncias e reivindicações em âmbito nacional e internacional. Nessa linha, tem várias denúncias admitidas pelo OEA, dentre os quais as Medidas Provisórias do Complexo Penitenciário de Pedrinhas impetradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, objeto de ação da SMDH e mais três entidades parceiras.

Tem como missão disseminar uma nova concepção de Direitos Humanos, que se contraponha à naturalização da violência, resgatando a vida como valor fundamental e incorpora, às suas atividades, a concepção da integralidade, interdependência e universalidade dos direitos humanos.

Tem como finalidades estatutárias:

I – Contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos individuais e coletivos, nas dimensões de gênero, etnia e geração;

II – Estimular, fortalecer e assessorar os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, quilombolas, testemunhas e vítimas ameaçadas, bem como a sociedade civil organizada, órgãos públicos, mídia e sociedade em geral na definição e busca de aplicação dos direitos humanos;

III – Sensibilizar a comunidade para que adote e estimule a incorporação de princípios e práticas agroecológicas, valorizando os saberes e os recursos naturais locais para garantir a agricultura familiar sustentável e a segurança alimentar;

IV – Fortalecer, ampliar e divulgar os direitos humanos, assim como seus mecanismos de defesa e garantia;

V - Promover a formação e a capacitação em políticas públicas, propondo e reivindicando sua implementação;

VI – Possibilitar o acesso à Justiça em casos de violações de direitos humanos, privilegiando as ações coletivas;

VII – Favorecer a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, inclusive, com patrocínio de ações judiciais cabíveis;

IX – Promover direitos estabelecidos, assim como a construção de novos direitos e

X – Promover estudos e pesquisas, bem como a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Na operacionalização das suas finalidades a SMDH:

- Realiza levantamentos e pesquisas sobre aspectos da realidade maranhense e nacional;
- Assessora movimentos e organizações não governamentais na discussão sobre acesso à justiça e segurança pública, combate à tortura e violência policial, processos e políticas de desenvolvimento, garantia de direitos, defesa do meio ambiente, da terra e dos direitos territoriais de comunidades tradicionais;
- Promove ações de educação em direitos humanos junto às lideranças comunitárias, operadores do sistema de justiça e segurança, saúde e educação;
- Protege pessoas ameaçadas – integra o Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas;
- Intermedia proposições e demandas advindas de trabalhadores e trabalhadoras rurais junto a órgãos públicos e privados na forma de propostas, denúncias e outros mecanismos de defesa de direitos;
- Informa a sociedade civil sobre matérias de interesse coletivo relacionadas ao combate à tortura, à proteção de pessoas ameaçadas, à luta pela terra e pelos direitos territoriais, aos impactos socioambientais de grandes projetos e acerca do controle social;
- Elabora propostas acerca da institucionalidade protetiva aos direitos humanos e
- Articula as entidades da sociedade civil organizada na luta contra todas as formas de discriminação, violência e exclusão dos segmentos sociais vulnerabilizados, formulando denúncias e processos de responsabilização.

Tais estratégias visam o fortalecimento de uma cultura de respeito às diversidades e a construção de um mundo com justiça e direitos humanos.

A SMDH mantém uma estrutura organizativa colegiada de articulação e deliberação, de forma a possibilitar maior incidência na realidade estadual e nacional onde atua, contemplando os seguintes espaços:

- Assembleia Geral: órgão máximo de deliberação e formulação de políticas da SMDH, constituído por todos os seus associados, devendo reunir-se anualmente em caráter ordinário e extraordinariamente quando se fizer necessário, instalando-se com um quórum mínimo de metade mais um dos sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos;
- Conselho Diretor: composto por três membros efetivos e três suplentes eleitos por um período de dois anos; coordena a execução das políticas e deliberações aprovadas pela Assembleia Geral, zelando pelo cumprimento dos Estatutos e dos planejamentos anuais da entidade, além de buscar e desenvolver políticas de sustentação financeira para a entidade;
- Conselho Consultivo: constituído por cinco pessoas engajadas na luta pelos Direitos Humanos, associados ou não à SMDH; emite parecer sobre as políticas adotadas pela entidade, em nível da cooperação multilateral e bilateral, ou da articulação com movimentos sociais, organizações governamentais e ONGs, nacionais e/ou internacionais, além de opinar sobre questões suscitadas pelo Conselho Diretor e pelas equipes de trabalho.

## Infraestrutura:

Tem instalações – sede em Brasília e São Luís (MA), possuindo a seguinte infraestrutura:

- Escritório de Brasília: 14 computadores de mesa, sendo 10 da SMDH e 04 do poder público, 05 notebooks da SMDH, 04 impressoras, 01 veículo, 02 Fax e
- Escritório São Luís: 16 computadores, 07 notebooks, 09 impressoras, 02 Datashow, 02 Fax, 01 veículo próprio, casa própria – 80 a 100 mil na Rua da Saúde, Centro – São Luís/MA;

# Resumo Financeiro (Prestação de Contas 2016)

➤ PROGRAMA FEDERAL

RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016

PROJETO	PROVITA FEDERAL
<b>SALDO ANTERIOR</b>	- <b>4.897,95</b>
CRÉDITOS	
CREDITOS FEDERAIS	3.437.373,64
CREDITOS DE PERMUTA DIVERSOS	21.058,82
RENDIMENTOS FINANCEIROS	36.073,78
<b>Total dos Recursos</b>	<b>3.489.608,29</b>
<b>Aplicação dos recursos</b>	
DESPEAS COM PESSOAL	1.126.950,89
ENCARGOS SOCIAIS	747.881,52
DESPEAS SERVIÇOS DE TERCEIROS	21.172,30
DESPEAS COM DESLOCAMENTO	650.073,81
DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO	252.638,31
GASTOS COM BENEFICIARIOS	155.550,14
DESPEAS COM ATENDIMENTO/FUNIONAMENTO	433.250,97
MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.145,17
<b>Total do recursos aplicados</b>	<b>3.396.663,11</b>
<b>Saldo</b>	<b>92.945,18</b>



## ➤ PROGRAMA ESTADUAL

## RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016

PROJETO	PROVITA ESTADUAL
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>391.825,68</b>
CREDITOS	
CREDITOS FEDERAIS	1.607.284,57
CREDITOS DE PERMUTA DIVERSOS	144.870,56
RENDIMENTOS FINANCEIROS	24.858,51
<b>Total dos Recursos</b>	<b>2.168.839,32</b>
<b>Aplicacao dos Recursos</b>	
DESPEAS COM PESSOAL	442.808,00
ENCARGOS SOCIAIS	274.187,68
DESPEAS SERVIÇOS DE TERCEIROS	21.315,22
DESP COMATIVIDADE CAPACITACAO	12.587,78
DESPEAS COM ATENDIMENTO/FUNIONAMENTO	942.264,00
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS	106.781,00
BENS DE CAPITAL	25.705,00
<b>Total dos recursos aplicados</b>	<b>1.825.648,68</b>
<b>Saldo</b>	<b>343.190,64</b>

## ➤ PROJETO SEMENTES DE ESPERANÇA

RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016	
PROJETO	PSE
SALDO ANTERIOR	41.189,09
RECURSOS	
CREDITOS ORCAMENTARIOS	349.199,70
RENDIMENTO APLICACAO	1.316,24
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>391.705,03</b>
<b>APLICACAO DOS RECURSOS</b>	
DESPESAS COM PESSOAL	211.186,12
CUSTO DO PROGRAMA	109.610,62
CUSTOS CORRENTES	3.972,94
<b>TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS</b>	<b>324.769,68</b>
<b>SALDO DO PERIODO</b>	<b>66.935,35</b>

## ➤ AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: Sementes de Esperança

RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016	
PROJETO	FUNDO BRASIL
CREDITOS	
CREDITOS FEDERAIS	50.067,85
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>50.067,85</b>
APLICACAO DE RECURSOS	
CUSTO MANUTENCAO /CONSULTORIA	
SERVICOS	46.899,50
ATENDIMENTO/FUNC/PROGRAMA	
MATERIAL CONSUMO	150,00
SERVICOS	2.913,79
<b>TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS</b>	<b>49.963,29</b>
<b>SALDO</b>	<b>104,56</b>

## ➤ DEFENDENDO VIDAS E GARANTINDO DIREITOS EXPROPRIADOS

RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016	
PROJETO	DEVADEX
RECURSOS	
CREDITOS FEDERAIS	108.420,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>108.420,00</b>
<b>APLICACAO DOS RECURSOS</b>	
DESPESAS COM PESSOAL	68.221,76
CUSTOS CORRENTES	12.993,39
DESPESAS ADM	887,40
<b>TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS</b>	<b>82.102,55</b>
<b>SALDO DO PERIODO</b>	<b>26.317,45</b>

## ➤ PEDDH/MA

## RELATORIO DE PRESTACAO DE CONTAS 2016

PROJETO

DEFENSOR

CREDITOS

CREDITOS FEDERAIS

757.003,74

<b>Total do recursos</b>	<b>757.003,74</b>
--------------------------	-------------------

**Aplicação dos Recursos**DESPESAS COM PESSOAL/ENCARGOS /AUXILIO  
ALIMENTACAO

91.101,49

SERVICOS DE TERCEIROS

3.961,56

DESP COM TRANSPORTE DHH/EQUIPE TECNICA

11.251,23

SERVICO CONTÁBEIS

4.571,04

SERVICOS PESSOA FISICA/JURIDICA (DIARIAS-  
COMUNICACAO)

13.847,85

MATERIAL PERMANENTE

22.059,78

<b>Total dos recursos aplicados</b>	<b>146.792,95</b>
-------------------------------------	-------------------

<b>Saldo</b>	<b>610.210,79</b>
--------------	-------------------

## Projeto e Atividades

No ano de 2016 a SMDH desenvolveu 05 projetos financeiro – Projeto Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão, Projeto Semente de Esperança, Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados, Audiência de Custódia: Semente de Esperança e Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, além de atividades institucionais.

### Atividades Desenvolvidas:

#### I. Projeto Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

Este projeto deu continuidade à execução das ações do Projeto Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, o qual tem como objetivo garantir a vida e a reinserção social das pessoas ameaçadas que contribuem com a justiça no enfrentamento da violência e da criminalidade.

O projeto compreende as atividades de Coordenação de Rede Voluntária de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Coordenação do Processo de Monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Controle Interno do Programa), Coordenação da Equipe Nacional de Permutas e desenvolvimento das atividades do Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

O projeto previa para o ano de 2016 duas metas – Viabilizar a colaboração em Inquérito ou Processo Criminal e Aprimoramento do Programa de Proteção.

A primeira meta previu 02 atividades, subdivididas em várias ações, conforme descrição abaixo:

**Atividade 1. - Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas,** que consiste na realização de triagem das vítimas e

testemunhas ameaçadas e seus familiares e na apresentação do caso ao Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

**Atividade 2. Atendimento aos usuários**, que consiste na Inclusão dos usuários na Rede Voluntaria de Proteção, acompanhamento aos usuários, articulação de encontro familiar, participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo, transferência de local de proteção de usuários

A segunda meta prevê 07 atividades com algumas ações:

**Atividade 1 Capacitação de integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção e outros atores do Sistema de Proteção, em especial a Rede Voluntaria de Proteção, compreendendo as seguintes ações:** Realização de oficinas e estudos sobre temáticas inerentes ao processo de proteção.

**Atividade 2 - Fortalecimento do papel dos atores do Programa** compreendendo a seguintes ações: Realização de 02 reuniões plenárias do FNEG e Realização de 04 reuniões da coordenação do FNEG.

**Atividade 3. Gestão do Programa** com a formalização e acompanhamento do convênio.

**Atividade 4. Realização das reuniões do conselho deliberativo federal**

**Atividade 5. Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e**

**Atividade 6. Realização de atividades de monitoramento do sistema de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.**

**Atividade 2.7. Realização de avaliações das ações e atividades do programa Federal.**

As ações previstas foram realizadas, conforme discriminação abaixo:

**Atividade 1.1 Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas.**

O programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas recebeu 26 solicitações de triagem, realizou 22 atividades de triagem, envolvendo 56 pessoas

ameaçadas, elaborou 22 relatórios, os quais foram encaminhados à CGPT e apresentados ao Conselho Deliberativo do Programa Federal (CONDEF). No período do convenio, o Programa Federal recebeu 22 pessoas oriundas de programas federalizados.

### **Atividade 1.2. Atendimento aos usuários**

Estiveram sob proteção do programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas permanentemente uma média mensal de 35 casos, correspondendo à média mensal de 100 pessoas protegidas, tendo sido realizadas, conforme descrito no item anterior, 22 triagens, sendo efetivadas 16 inclusões no programa de proteção, correspondendo a 14 casos novos e inclusão de familiares em 02 núcleos, no total foram incluídas 42 pessoas.

Foram realizadas, ainda 05 transferências de locais de proteção em virtude da garantia da segurança das pessoas protegidas.

Ao mesmo tempo foram desligados do programa 10 núcleos e 01 caso foi excluído.

Dentre as atividades de acompanhamento a realização dos encontros familiares é uma marca da proteção em direitos humanos, garantido às pessoas ameaçadas e que estão contribuindo com a justiça o direito à convivência familiar, assim foi garantida a realização de 10 encontros familiares.

Outro marco do programa é a contribuição com a justiça, tendo o projeto garantido 17 demandas de apresentação em juízo, envolvendo 17 testemunhas e deixado de apresentar uma testemunha, em virtude da falta de recursos financeiros.

### **Atividade 2.1 Capacitação integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção e outros atores do Sistema de Proteção, em especial a Rede Voluntária de Proteção.**

Mensalmente foram realizados estudos temáticos, com a participação de parceiros voluntários sobre Educação Popular, Estudo Pedagogia da Proteção, Representação em Espaços de Controle Social, Proteção a Defensores de direitos



humanos, Criminologia Crítica e Dependência Química, Curso de Aperfeiçoamento e Seminário Nacional das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção.

### **Atividade 2.2 - Fortalecimento do papel dos atores do Programa**

Foram garantidas a participação da sociedade civil em duas reuniões plenárias do Fórum Nacional de Entidades Gestoras – FNEG e em 04 reuniões de coordenação do referido fórum.

### **Atividade 2.3. Gestão do Programa**

Foram elaborados o Projeto Básico, o Plano de Trabalho, a prestação de conta parcial, o planejamento das atividades do período, avaliações semestrais, monitoramento mensal e atividades de supervisão junto a cada uma das dimensões do projeto.

### **Atividade 2.4. Realização das reuniões do conselho deliberativo federal**

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, como representante da sociedade civil no CONDEF esteve presente nas 11 reuniões do referido conselho, sendo apresentados 72 relatórios de casos, excluídos os relatórios de triagem, ensejando 61 deliberações sobre acompanhamentos de núcleos protegidos.

### **Atividade 2.5. Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas**

Dentre as ações de gestão do projeto foram realizadas: uma atividade de planejamento, e 09 atividades de monitoramento do planejamento.

### **Atividade 2.6. Realização de atividades de monitoramento do sistema de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas**

Foram realizadas atividades de visita de monitoramento, seleção de equipes técnicas e acompanhamento de processo de transição de entidades gestoras, sendo esta atividade impactada significativamente, tanto pelo irregular repasse dos recursos, como pela situação financeira dos programas estaduais, os quais são objeto da ação de

controle interno, efetivada pela equipe de monitoramento, coordenada pela sociedade civil e estado.

Foram realizados processos seletivos e de capacitação nos PROVITA Pernambuco, Santa Catarina, Ceara e Para e foram realizadas atividades de Monitoramento dos PROVITA Ceara e Pará, bem como foi garantida a participação em uma reunião da Câmara Técnica, instancia coletiva do monitoramento.

### **Conclusão**

Além da proteção à vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares o Projeto Nacional tem efetivamente contribuído para o processo de fortalecimento da política de proteção em direitos humanos, como uma ação integral, que casa proteção, promoção e defesa de direitos.

Sendo diretamente beneficiados com as atividades do projeto atualmente:

- ✓ 13 entidades gestoras dos PROVITAS,
- ✓ 13 coordenadores (as) de equipes técnicas interdisciplinares.
- ✓ 26 núcleos permutados, totalizando 83 pessoas protegidas.
- ✓ 43 núcleos no Programa Federal, totalizando 112 pessoas protegidas, oriundas de 13 unidades da federação onde não tem programa de proteção a vítimas e testemunhas funcionando.

## **II. Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão**

O Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão foi instituído em de 11 de março de 2003, por meio do Decreto n.º 19.446. É executado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDHIPOP e gestado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, em seus doze anos de existência.

O planejamento do PROVITA/MA estabelece o cumprimento de duas metas: 1 - Viabilização da colaboração de sujeitos em proteção em inquérito ou processo criminal e 2 – Aprimoramento o Programa de Proteção. A primeira meta refere-se de forma geral, às ações de atendimento realizadas pelo programa, relativas à análise e apreciação de pedidos de inclusão no programa, até o acolhimento, acompanhamento e apresentação em inquérito ou processo criminal. Tais ações foram assim realizadas ao longo do ano de 2016:

Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas:

No ano de 2016 foram realizados 32 (trinta e dois) procedimentos de triagem e pré-triagem para efeito de análise dos requisitos de ingressos no programa. São previstas a realização de documental, de entrevista psicossocial e jurídica realizada pela Equipe Técnica e a produção de Termo de Declaração, assim como pareceres e relatórios de triagem.

Os 32 (trinta e dois) casos foram levados ao conhecimento do Conselho Deliberativo, com a inclusão de 04 (quatro ) casos, totalizando 9 (nove) novos protegidos em 2016, totalizando, ao final de 2016, 31 protegidos no total.

Houve um aumento substancial de solicitações de ingresso pela Sociedade Civil em 2016, com o total de 22 % das solicitações. Merecem destaques as solicitações em decorrência de conflitos agrários, trabalho escravo, serviço velado (Polícia Militar), bem como a manutenção de elevados índices de solicitações em razão de ameaças perpetradas por facção criminosa ligada ao tráfico de drogas e os crimes denunciados são homicídios ou tentativa de homicídios praticados por agentes dessas organizações criminosas.

Atendimento aos usuários

Esta ação compreende um conjunto de atividades relacionadas ao acolhimento e acompanhamento dos sujeitos em proteção, que corresponderam a até 42 pessoas ao longo do ano, com a média de 31 pessoas por mês. As atividades de rotina de acompanhamento do programa são voltadas à reinserção social de sujeitos em

proteção em local seguro, por meio da reconstrução de vínculos sociais, comunitários e afetivos e do acesso a direitos. O direito à convivência familiar com aqueles que não ingressaram no programa, dá-se por meio do Encontro Familiar, sendo realizada no ano de 2016 apenas uma atividade.

Quanto à apresentação em procedimento judicial, foram apresentadas 2 vítimas e testemunhas que colaboraram em um mesmo processo em 02 (duas) audiências designadas.

A segunda meta refere-se ao aprimoramento do Programa de Proteção, para o qual foram previstas as seguintes ações:

2.1 Capacitação integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção, bem como integrantes do Conselho Deliberativo e outros atores e agentes públicos envolvidos com o Programa de Proteção.

Essa ação desenvolveu-se por meio da inserção de membros da equipe técnica em atividades e processos realizados no âmbito da entidade gestora. Assim, houve a participação de técnicos no processo de monitoramento dos direitos humanos no Maranhão, por meio do levantamento e acompanhamento dos dados relacionados às mortes violentas e dos estudos voltados à temática da violência, segurança pública, desenvolvimento e direitos humanos.

Houve também a participação de membros da equipe no Curso de Atualização em Direitos Humanos, em duas Oficinas sobre Pedagogia da Proteção (uma realizada pelo PROVITA-MA e outra pelo Programa Nacional de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas), bem como do Seminário Nacional de Equipes Técnicas e em Oficina de Capacitação realizada em parceria com a DPE-MA.

Em 2016 o PROVITA/MA promoveu duas atividades de capacitação a Oficina Pedagogia da Proteção, envolvendo Equipe Técnica e membros do Conselho Deliberativo em parte da programação, e a Oficina sobre fluxo metodológico, voltada à equipe técnica.

## 2.2. Fortalecimento do papel dos atores do Programa

A consolidação e aprimoramento da Política de Proteção passa, necessariamente pelo fortalecimento de seus atores nacionais de locais por meio de ações sistemáticas e da participação de momentos mobilização, articulação e diálogo. Neste sentido, destaca-se em 2016 a participação nas seguintes atividades nacionais:

- Reunião do Fórum de Entidades Gestoras
- Audiência com a Ministra de Direitos Humanos – SDH/PR e Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas – CGPT;

No âmbito do estado, foram realizadas as seguintes atividades:

Audiência na Defensoria Pública Estadual para tratar de edição de Provimento referente ao fluxo de atendimento, priorização de processos e garantia de assistência jurídica gratuita e segura aos usuários do PROVITA.

Audiência com Ministério Público do Maranhão para tratar de edição de Provimento referente ao fluxo de atendimento, priorização de tramitação dos processos de usuários do PROVITA.

Audiência com Tribunal de Justiça do Maranhão para tratar de edição de Provimento referente ao fluxo de atendimento, priorização de tramitação dos processos de usuários do PROVITA.

Audiências com a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, para editar Normativa de acesso seguro de usuários do PROVITA na rede pública estadual de Saúde.

Audiências com a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, para editar Normativa de acesso seguro de usuários do PROVITA na rede pública estadual de Saúde.

Audiências com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, para editar Normativa de acesso seguro de usuários do PROVITA na rede pública estadual de Ensino.

Audiências com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, para garantia de vagas no IEMA;

Audiências com a UEMA, para garantia de vagas no vestibular da UEMA, de forma segura;

Audiências com o Conselho Estadual de Educação, para tratar de normas referente ao uso de nome social de sujeitos em proteção na rede pública de ensino;

Audiências com a SEMCAS de São Luís, a fim de iniciar tratativas sobre acesso seguro às políticas de assistência social;

Audiências com a SEMHUR de São Luís, a fim de iniciar tratativas sobre acesso seguro às políticas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida;

### 2.3. Comunicação institucional do Programa

A estratégia de comunicação priorizada nesse período foi a apresentação do programa por meio de reuniões e participação em eventos:

- Divulgação do Programa no Município de Brejo com lideranças comunitárias rurais e urbanas;
- Participação na Caravana de Direitos Humanos da Região do Baixo Parnaíba Maranhense;

### 2.4. Gestão do Programa

A gestão é realizada através de ações de planejamento (anual), monitoramento (mensal) e avaliação (semestral). Tem como instrumentos relacionados ao projeto o convênios e termos aditivos, Relatórios trimestrais de execução do projeto básico e Relatório final de prestação de contas.

Em 2016 foi celebrado Termo de Colaboração Nº 001/2016 SMDH/SEDHIPOP (01/09/2016 a 31/07/2017). Anterior ao Termo de Colaboração, vigeu o convênio SMDH/SEDHIPOP/SDH (01/09/2015 a 31/08/2016), com a participação da União e do estado no financiamento do programa.

### 2.5. Realização das reuniões do conselho deliberativo estadual.

Além das deliberações sobre inclusão ou exclusão de usuários o CONDEL debateu a

normativa de acesso seguro nas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, habitação, ciência e tecnologia, bem como as regulamentações por parte do MPMA, DPE-MA e TJMA. Em 2016, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Deliberativo Estadual, além de 2 reuniões extraordinárias.

2.6. Constituição e formalização de parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos usuários de forma segura.

Termos de parceria/acordos de cooperação.

Diálogos com parceiros do poder público na área sócio assistencial, de modo particular com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS, do município de São Luís, que resultou no entendimento que as demandas dos usuários do PROVITA/MA, sejam demandas prioritárias para o acesso à política, programas e serviços sócio assistenciais nesse município;

Articulação com a Secretaria de Estado da Saúde que garantiu diversos atendimentos aos sujeitos em proteção, bem como a elaboração de normativa de acesso seguro, em tramitação.

Articulação com a SEMHUR de São Luís que garantiu acesso seguro ao Programa Minha Casa Minha Vida a um núcleo em processo de desligamento do PROGRAMA;

Articulação com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, para editar Normativa de acesso seguro de usuários do PROVITA na rede pública estadual de Ensino, bem como para garantir a matrícula dos sujeitos em proteção de forma segura na rede pública de ensino;

Articulação com a Secretaria de Estado de Ciência que assegurou vagas no IEMA aos sujeitos em proteção;

Articulação com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA que assegurou a inscrição de modo seguro de dois usuário no processo de seleção para o ensino superior. A partir desse caso específico, será possível, avançar para que a exemplo da saúde, se construa e se formalize procedimentos normativos para assegurar o acesso seguro ao ensino superior pelos

usuários do Programa;

Ainda foi possível avançar na ampliação e fortalecimento de vínculos com os parceiros que integram a Rede Solidária de Proteção no âmbito da sociedade civil.

2.7. Realização de avaliação das ações e atividades do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas.

### **III. Projeto Sementes de Esperança: Construindo o Desenvolvimento com garantia de Direitos no Baixo Parnaíba Maranhense.**

O Projeto Sementes de Esperança, denominado PSE, tem apoio de Misereor, agência de cooperação alemã, e possui os objetivos abaixo que foram avaliados em 2016 da seguinte forma:

**OBJETIVO 1** - Contribuir para o reconhecimento oficial da posse/propriedade definitiva da terra e território das comunidades acompanhadas.

Em 2016, em função de um contexto de desmonte da política pública de reforma agrária e titulação de territórios étnicos (extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, extinção da Ouvidoria Agrária Nacional, redução de recursos orçamentários, proposta de sustação de decretos legislativos decretados pela Presidente Dilma, dentre outras iniciativas governamentais), pouco se avançou nos processos administrativos acompanhados pela SMDH – houve uma titulação comunitária em Baixão da Coceira; a elaboração de peças para o RTID do Território Quilombola de Barro Vermelho; INCRA reconheceu Tabatinga como área improdutiva; retomada do processo de aquisição de Baixão dos Loteros por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário; e retomou-se negociação entre famílias do Acampamento Maria Aragão e Grupo João Santos por meio da Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência no Campo e na Cidade.

**OBJETIVO 2** - Contribuir para a criação e/ou fortalecimento de institucionalidades, formais e informais, de proteção aos direitos humanos de comunidades tradicionais e indígenas em conflito por terra e território no estado do Maranhão.

Em função dos impactos socioambientais produzidos pela implantação do projeto eólico em um PCA (Piquizeiro, em Belágua) apoiado pela SMDH, acionamos o Ministério



Público Federal e demais órgãos de proteção aos direitos das comunidades como Promotoria de Justiça, Secretaria Estadual de Segurança Pública e Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular. Também foi acionada a Delegacia Agrária numa situação envolvendo ameaça de morte à uma liderança da Comunidade de Bracinho.

Na área de abrangência de atuação do PSE, em 2016, houve instalação de dois novos núcleos da Defensoria Pública Estadual – Comarca de Coelho Neto, que inclui o município também de Duque Bacelar, e Santa Quitéria, cuja Comarca envolve os municípios de Santa Quitéria e Milagres. Assim, na região temos agora uma cobertura pela DPE em 07 municípios, a saber: Chapadinha, Mata Roma, Coelho Neto, Duque Bacelar, Afonso Cunha, Santa Quitéria e Milagres. Em relação à criação de Varas Agrárias no Maranhão, o que temos efetivamente é apenas o compromisso do Tribunal de Justiça em criá-las.

Em 2016, o Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense assumiu a interlocução política nas Mesas de Diálogo com o Governo Estadual – foram realizadas 03 Mesas com pautas mais amplas, incluindo Segurança Pública, Educação, Meio Ambiente, Regularização Fundiária, Transparência e Controle Social, e específicas, como Regularização Fundiária.

**OBJETIVO 3** - Contribuir para o processo de monitoramento sobre os compromissos do Estado brasileiro em relação aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA) pelo Estado brasileiro no Maranhão.

O Relatório sobre realização dos DHESCA em 2015 será publicado na Revista Catirina (da SMDH) em fevereiro de 2017; e o de 2016 está em construção - foi feito monitoramento e sistematização das informações para posterior elaboração de relatório anual (2016).

Quanto ao monitoramento das ações ajuizadas pela SMDH e demais peticionários, em 2016, em relação ao Território Quilombola Saco das Almas/Brejo, foi feita manifestação em resposta às alegações do Estado Brasileiro; sobre o Caso Assis, está em processo de construção uma proposta de acordo de solução amistosa a ser

apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e em relação à Alcântara aguarda-se informações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

**OBJETIVO 4** - Dar visibilidade às ações desenvolvidas pelo PSE/SMDH e às lutas empreendidas pelas comunidades apoiadas, junto aos parceiros e sociedade em geral.

Em 2016, foram realizadas diversas ações de comunicação sobre ações do PSE, de denúncias e lutas das comunidades apoiadas – divulgação das ações desenvolvidas pela Caravana de Direitos Humanos em Belágua; entrevistas para programas de televisão e rádios sobre denúncias relativas aos impactos socioambientais em comunidades de Belágua produzidos pela empresa Ômega, responsável pela instalação de projeto eólico; colaboração na elaboração da Carta e na produção do vídeo para a Maratona de Cartas sobre Santa Rosa/Araioses, de iniciativa da Anistia Internacional no Brasil; e divulgação da Maratona de Cartas sobre Santa Rosa junto aos parceiros, grupos apoiados e em redes sociais.

O Projeto Sementes de Esperança desenvolveu as ações e atividades relacionadas abaixo:

**1. ACOMPANHAMENTO SÓCIO JURÍDICO A 36 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE POSSEIROS E QUILOMBOLAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO PELA TERRA E TERRITÓRIO.**

1.1 Realização de visitas formativas nas áreas - TERRITÓRIO QUILOMBOLA BARRO VERMELHO; BARRA GRANDE; SÃO JOSÉ; TABATINGA; ALTO FORMOSO; VERTENTE; FORMIGA; CACIMBA DO BOI; BAIXÃO DOS LOTEROS; SANTA MARIA; BOM PRINCÍPIO; PARAMIRIM; CAXINGÓ; OITIS; FAZENDA SÃO JOÃO/Acampamento Maria Aragão; SÃO RAIMUNDO; TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE DEPÓSITO; PAU FERRADO; ILHA GRANDE DOS PAULINOS; SANTA ROSA; TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS; TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE BOM SUCESSO; TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO FRANCISCO/MALAQUIAS; PE SANTA HELENA; PA FRANCISCO DINIZ; PE COCEIRA; BRACINHO; BAIXÃO DA COCEIRA; LAGOA DAS CARAÍBAS; PA SANTO ANTONIO/CAPINAL; PCA SÃO LUÍS/PICOS; PA BARRENTA; PCA PIQUIZEIRO E PA BURITIZINHO; PA ANTONIO MARQUES DE JESUS; PA MARIA RODRIGUES/LAGOA DA LÚCIA.

## 1.2 Realização de 02 audiências públicas com órgãos fundiários e ambientais, com a participação de todas as áreas apoiadas

- Foram realizadas 02 audiências com representantes das Secretarias de Estado (Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e ITERMA, Secretaria de Estado de Transparência e Controle Social, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Segurança Pública) em parceria com Fórum em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba Maranhense;
- Envio de ofício ao INCRA – indicação de pessoas de referência nos municípios impactados pela linha de transmissão energia eólica;

## 1.3 Defesa de comunidades e lideranças junto a órgãos de justiça e segurança

- Acompanhamos oitiva de testemunhas na reabertura do Caso do Sr. Zé Nedina;
- Encaminhada denúncia de conflito na comunidade de Santa Rosa ao Delegado Agrário;
- Articulação com MPE para defesa em processo judicial no PCA São Luís/ Picos (liminar em desfavor das famílias foi suspensa)
- Encaminhamento do caso do Acampamento Maria Aragão (Fazenda São João) à Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade;
- Encaminhamos denúncia de ameaça de morte ao presidente da Associação de Bracinho ao Delegado Agrário e Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade;
- Audiência Judicial em Magalhães de Almeida (TCO de ameaça de morte contra presidente da Associação de Pau Ferrado);
- Reunião com o procurador federal do MPF sobre a situação do projeto eólico em Centro dos Morros e Morro dos Veridiano, município de Belágua;
- Acompanhamento de lideranças junto ao MPE de Araiões: conflitos possessórios/extração de carnaúba;
- Acompanhamento de lideranças de Centro dos Morros e Morro dos Veridianos, município de Belágua, do Acampamento Irmã Dorothy, município de Presidente Vargas, PA Cristina Alves, município de Itapecuru, no MPF a fim de colher

depoimentos sobre a problemática da energia eólica nas regiões com o objetivo de instruir ação civil pública a cargo do procurador federal;

- Reunião com procuradora federal do MPF a fim de discutir sobre a futura ação civil pública sobre situação fundiária em Ilha Grande dos Paulinos e atualização sobre a situação de Santa Rosa;
- Realização de reuniões com Secretaria de Estado de Segurança Pública via Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular para tratar de atuação do Delegado de Polícia em Santa Rosa;
- Levantamentos cartoriais em Santa Quitéria, Brejo e Anapurus. Necessário para substanciar defesa técnica das comunidades acompanhadas pela SMDH;
- Contatos telefônicos com representantes das Comunidades de Ilha Grande dos Paulino sobre visita de representantes do INCRA e do Batalhão da Polícia Militar Ambiental às famílias para tratar sobre retirado de gado da Ilha;
- Contatos telefônicos com representante da Comunidade São José, uma das localidades que compõe o Território Quilombola de Saco das Almas, sobre necessidade de defesa jurídica numa situação de violação de direitos da pessoa idosa;
- Reunião formativa em Centro dos Morros e Morro dos Veridianos, em Belágua, para tratar da defesa jurídica dessas comunidades em processo de autoria da empresa Ômega;

1.4 Monitoramento mensal de todos os processos administrativos e judiciais envolvendo as comunidades;

#### 1. BARRO VERMELHO:

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** Conclusão do RTID em 2017.
- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Federal:

- Processo nº 003446979.2011.4.01.3700 – Ação de Reintegração/Manutenção de Posse.

- Processo nº 003545040.2013.4.01.3700 - Ação Civil Pública

## 2. BAIXÃO DA COCEIRA:

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** ITERMA entregou título comunitário à Associação em novembro/2016. Pendência: títulos individuais emitidos pelo ITERMA a desconhecidos que venderam para um sojicultor.

- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Estadual/Comarca de Santa Quitéria:

- Processo nº 1912009 – Ação de Reintegração de Posse
- Processo nº 2062009 - Ação de Interdito Proibitório

## 3. SÃO JOSÉ

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** Georreferenciamento realizado em novembro de 2015. Aguarda confecção de laudo. Área arrecadada.

- **PROCESSO JUDICIAL:**

Justiça Estadual/Comarca de Santa Quitéria:

- Processo nº 124/2013 – Ação de Interdito Proibitório

## 4. TABATINGA

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA e INCRA:** Aguarda relatório de Georreferenciamento pelo ITERMA. No INCRA foi feita vistoria e identificada a possibilidade de desapropriação.

## 5. ALTO FORMOSO

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** Georreferenciamento realizado em novembro de 2015. Aguarda confecção de laudo.
- **PROCESSO JUDICIAL:**

Justiça Estadual/Comarca de Santa Quitéria:

Processo n.º 358.32.2012.8.10.011 (3582012) - Ação de Interdito Proibitório

## 6. VERTENTE

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** aguarda vistoria. Necessário subsidiar processo administrativo com relatório de levantamento cartorial.

## 7. FORMIGA

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** reenviado ofício com solicitação de regularização ao ITERMA. Solicitar mapas das áreas tituladas pelo ITERMA na localidade Formiga. Comparar os mapas com certidão de cartório e mapa da comunidade. Enviar informações ao ITERMA após análise e relatório de informações de cartórios de Anapurus e Brejo.

- **PROCESSO JUDICIAL:**

Justiça Estadual/Comarca de Brejo:

- Processo nº 644.80.2005.8.10.0076 (6442005) – Ação de Reintegração de Posse

## 8. CACIMBA DO BOI

- **ADMINISTRATIVO/ICMBio:** retomada do processo administrativo junto a este órgão ambiental.

## 9. BAIXÃO DOS LOTEROS

**ADMINISTRATIVO/PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se encaminhamento do processo de aquisição da área Baixão dos Loteros pela equipe FETAEMA. Em relação ao PA, monitora-se liberação de créditos apoios.

## 10. BOM PRINCÍPIO

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** aguarda-se nova vistoria.

## 11. FAZENDA SÃO JOÃO/ACAMPAMENTO MARIA ARAGÃO

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** suspenso desde 2008 diante da intervenção judicial do Grupo João Santos (GJS). Atualmente, realiza-se processo de negociação envolvendo famílias e GJS por meio da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade.

- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Estadual/Comarca de Coelho Neto:

- Processo n.º 176-78.2010.8.10.0032 (1762010)

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Segundo Grau

- Apelação nº 0241472015

- Embargos de Declaração nº 0432642016

- Recurso Especial (protocolo 0488332016)

## 12. DEPÓSITO

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** conclusão das peças do RTID prevista para 2017.

- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Estadual/Comarca de Brejo:

- Processo nº 580-02.2007.8.10.0076 (5802007). Ação de Despejo.

- Processo n.º 158-17.2013.8.10.0076 (1582013). Carta Precatória de Inspeção Judicial.

Justiça Federal:

- Processo nº 0003737-81.2012.4.01.3700: Interdito Proibitório.

### 13. SÃO RAIMUNDO

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** INCRA informou em março que o processo foi arquivado tendo em vista que o proprietário não aceitou o preço ofertado pelo INCRA. Comunidade ficou de decidir: Programa Nacional de Crédito Fundiário ou Ação de Usucapião ou outra alternativa.
- **PROCESSOS JUDICIAIS:**  
Justiça Estadual/Comarca de Urbano Santos
  - Processo n.º 973-56.2012.8.10.0138 (9972012). Interdito proibitório.
  - Processo n.º 256-73.2014.8.10.0138(2802014) Manutenção de Posse.
  - Processo nº 90-80.2010.8.10.0138. Interdito Proibitório.

### 14. PAU FERRADO

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** processo de regularização aguardando negociações entre Governo Estadual e DNOCS.
- **PROCESSOS JUDICIAIS:**  
Justiça Federal. Seção Judiciária do Maranhão. 13ª Vara Federal.  
  
Processo nº 0029587-11.2010.4.01.3700. Esbulho.  
  
Justiça Estadual/Comarca de Magalhães de Almeida:  
  
Processo nº 458-14.2016.8.10.0095(4582016)  
  
Processo nº 492-86.2016.8.10.0095(4922016)

### 15. SANTA ROSA

- **ADMINISTRATIVO/SPU/INCRA:** INCRA enviou levantamento altimétrico para SPU em março/2016. Agora SPU deve proceder com processo de regularização.



- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Federal. Seção Judiciária do Maranhão. 8ª Vara Federal.

Processo nº 74848-23.2015.4.01.3700.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Processo nº 0002118-22.2016.4.01.0000. Agravo de Instrumento. Esbulho. Processo originário nº 0074848-23.2015.4.01.3700/JFMA.

Justiça Estadual/Comarca de Araiões:

- Processo nº 787-90.2005.8.10.0069 (787/2005). Ação de Manutenção de Posse.

## 16. ILHA GRANDE DOS PAULINOS

- **ADMINISTRATIVO/SPU/INCRA:** SPU não respondeu a pedido de CDRU feito desde 2008; caso encaminhado ao MPF.

## 17. TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE BOM SUCESSO

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** processo administrativo parado desde 2011; não entrou na programação do INCRA feita através de acordo com o movimento quilombola até 2018.

## 18. PCA PIQUIZEIRO:

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** monitoramento da liberação do crédito apoio inicial; bloqueado pela CGU - novos créditos. Realizamos audiência com Superintendência do INCRA/Regional MA sobre desmatamentos no PCA Piquizeiro realizados por empresa responsável pela implantação de projeto eólico. Aguarda-se providências.
- **PROCESSOS JUDICIAIS<sup>1</sup>:**

---

<sup>1</sup> Articulado ao acompanhamento desse processo judicial, a SMDH junto com a Diocese de Brejo fazem um acompanhamento jurídico conjunto na Justiça Estadual/Comarca de Urbano Santos: - Processo nº

Justiça Estadual/Comarca de Urbano Santos

- Processo nº 555-79.2016.8.10.0138 (5802016). Ação para instituição de servidão administrativa.

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Segundo Grau

- Processo nº 0006086-75.2016.8.10.0000 (0320322016) Agravo de Instrumento.
- Processo nº 0006086-75.2016.8.10.0000 (0509042016) Embargos de Declaração.

## 19. PA BURITIZINHO

- Planejamento fevereiro: monitoramento da liberação do crédito apoio inicial;

## 20. PCA SÃO LUÍS/PICOS:

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** monitoramento da liberação do crédito apoio inicial; bloqueado pela CGU.
- **PROCESSO JUDICIAL:**
- Justiça Estadual/Comarca de Urbano Santos
  - Processo n.º 1021-10.2015.8.10.0138 (10832015). Interdito Proibitório.

## 21. PA BARRENTA

- **ADMINISTRATIVO INCRA:** monitoramento do acesso a créditos. Associações vão solicitar ao INCRA a subdivisão de área entre elas associações.

---

624-14.2016.8.10.0138 (6542016). Ação para instituição de servidão administrativa. Requerente: Delta 3 VII Energia S.A. /Ômega. Parte Requerida: Associação dos Povoados Guarimansal, Olho D'Água e Lagoas. - Processo nº 0006669-60.2016.80.10.0000 (0332772016) Agravo de Instrumento. Agravante: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS POVOADOS GUARIMANSAL, OLHO D'ÁGUA E LAGOA. Agravada: DELTA 3 VII ENERGIA S/A. - Processo nº 0006669-60.2016.8.10.0000 (0357712016) Embargos de Declaração. Embargante: DELTA 3 VII ENERGIA S/A. Embargada: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS POVOADOS GUARIMANSAL, OLHO D'ÁGUA E LAGOA. - Processo nº 0006669-60.2016.80.10.0000 (0496102016) Agravo Interno (Agravo Regimental). Agravante: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS POVOADOS GUARIMANSAL, OLHO D'ÁGUA E LAGOA. Agravada: DELTA 3 VII ENERGIA S/A.

### 23. PA MARIA RODRIGUÊS/LAGOA DA LÚCIA

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** em função da fusão dos dois PA's os contratos dos assentados de Lagoa da Lúcia, que já estavam inclusive liberados e nas contas bancárias, foram cancelados; devido a uma pendência no sistema não conseguem gerar novos contratos; pois o sistema acusa "duplicidade"; a Superintendência em Brasília precisar vir para resolver.

### 24. PA ANTONIO MARQUES DE JESUS

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** Estão pendentes 15 contratos, as correções já foram realizadas e estão aguardando a liberação do contrato no sistema, logo após as equipes irão a campo para coletar assinatura.

### 25. PA SANTO ANTONIO/CAPINAL

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** Estão pendentes 6 contratos, as correções já foram realizadas e estão aguardando a liberação do contrato no sistema, logo após as equipes irão a campo para coletar assinatura; monitoramento da liberação do crédito apoio inicial.

### 26. PA FRANCISCO DINIZ

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** monitoramento da liberação do crédito apoio inicial; bloqueado pela CGU.
- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Estadual/Comarca de Urbano Santos

- Processo n.º 391-03.2005.8.10.0138 (3912005). Interdito Proibitório.

Justiça Federal. Seção Judiciária do Maranhão.

- Processo nº 0029110-75.2016.4.01.3700. Posse.

### 27. BARRA GRANDE

- **ADMINISTRATIVO/PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se decisão das famílias sobre a possibilidade de acessar esse Programa.

#### 28. SANTA MARIA

- **ADMINISTRATIVO//PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se decisão das famílias sobre a possibilidade de acessar esse Programa.

#### 29. PARAMIRIM

- **ADMINISTRATIVO//PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se decisão das famílias sobre a possibilidade de acessar esse Programa.

#### 30. CAXINGÓ

- **ADMINISTRATIVO//PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se decisão das famílias sobre a possibilidade de acessar esse Programa.

#### 31. OITIS

- **ADMINISTRATIVO//PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:** aguarda-se decisão das famílias sobre a possibilidade de acessar esse Programa.

#### 32. TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO FRANCISCO MALAQUIAS

- **ADMINISTRATIVO/INCRA:** monitoramento das intervenções do INCRA no Território Quilombola e apoio na resolução de problemas enfrentados pelas famílias.

#### 33. LAGOA DAS CARÁBAS

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** área titulada comunitariamente pelo ITERMA.

- **PROCESSO JUDICIAL:**

Justiça Estadual/Comarca de Santa Quitéria

- Processo n.º 363-88.2011.8.10.0117 (3632011). Interdito Proibitório.

#### 34. PE SANTA HELENA

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** área titulada comunitariamente pelo ITERMA e transformada em Projeto de Assentamento Estadual.

#### 35. PE COCEIRA

- **ADMINISTRATIVO/ITERMA:** área titulada comunitariamente pelo ITERMA.
- **PROCESSOS JUDICIAIS:**

Justiça Estadual/Comarca de Santa Quitéria

- Processo n.º 191-20.2009.8.10.0117 (1912009). Reintegração de Posse.

1.5 Realização de 02 Encontros de Avaliação e Planejamento com representação de todas as comunidades apoiadas – foram realizados 02 encontros de avaliação, sendo um em julho e outro em dezembro/2016;

## 2. INCIDÊNCIA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS ÉTNICOS;

- Realização de 03 reuniões com Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, para acompanhamento de elaboração de Termo de Cooperação Técnica com DNOCS na área do Projeto Tabuleiro de São Bernardo;
- Realização de 03 visitas ao INCRA com reuniões com diferentes setores (regularização fundiária, quilombola e créditos);
- Reunião com Promotor de Justiça de Araioses sobre conflitos fundiários em Santa Rosa;

- Reunião com Promotor de Justiça de Urbano Santos sobre o PA São Luís/Picos para articular intervenção em Interdito Proibitório;
- Reunião com MPF sobre Projeto Eólico que afetará comunidades de Urbano Santos e Belágua;
- Reiterado documento sobre implantação de linha de Transmissão de Parque Eólico ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente e Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- Envio de 02 comunicações ao Ministério Público Federal sobre Ilha Grande dos Paulinos;
- DPU oficiada com novos pedidos de representação das famílias de Pau Ferrado em Manutenção de Posse nº 0029587-11.2010.4.01.3700
- Contato com Promotor de Justiça de Magalhães de Almeida sobre políticas públicas para Pau Ferrado;
- Participação em uma Mesa Quilombola, articulada pelo INCRA;
- Participação em 05 reuniões da Comissão Estadual de Prevenção e Combate à Violência no Campo e na Cidade;
- Participação em reunião do GT Prevenção, da COECV;
- Participação na 1ª reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão, no mandato 2016-2017;
- Participação em Seminário promovido Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão;
- Participação em sessão pública, realizada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial para arguição e votação da lista tríplice de Ouvidor de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude;
- Contato com representante da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar sobre regularização fundiária de uma comunidade situada em área da DNOCS, que por sua vez é objeto de negociação com o governo Estadual;
- Participação em reunião do GT Prevenção de Conflitos, vinculada à Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade, para tratar sobre

construção do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade;

- Participação em duas reuniões da Mesa Quilombola vinculada ao INCRA;
- Participação em reunião ordinária da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade;
- Participação em reunião extraordinária da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade, cuja pauta foi reabertura do diálogo famílias do Acampamento Maria Aragão (localizado na Fazenda São João) com o Grupo João Santos, proprietário da área Fazenda São João;
- Articulação com Defensor Público sobre demanda do representante da Comunidade São José, Território Quilombola de Saco das Almas;
- Participação em reunião extraordinária da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade, realizada em Duque Bacelar, cuja pauta foi continuidade do diálogo entre famílias do Acampamento Maria Aragão (localizado na Fazenda São João) com o Grupo João Santos, proprietário da área Fazenda São João.

### **3.APOIO E PROMOÇÃO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA COM ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM COM O TEMA DA REFORMA AGRÁRIA E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS ÉTNICOS;**

- Participação de 03 reuniões em Belágua sobre implantação de Linha de Transmissão de Parque Eólico;
- Retomada de Mesa de Diálogo com os Secretários de Estado e representantes da comunidade;
- Realização de Curso de Agentes Populares de Direito;
- Realização de 03 reuniões da Coordenação do FDVBPM;
- Diálogo com Anistia Internacional sobre Maratona de Cartas – Santa Rosa ser o caso dessa iniciativa;
- Reunião com famílias de Santa Rosa e representante da Anistia Internacional;
- Reuniões preparatórias da Caravana de Direitos Humanos em Belágua;

- Realização da Caravana de Direitos Humanos em Belágua com a participação de parceiros de São Luís (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Carabinas Filmes e Defensoria Pública do Maranhão), da região do Baixo Parnaíba Maranhense (Diocese de Brejo) e locais (Área Pastoral da Igreja Católica, Igreja Assembleia de Deus, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Associações comunitárias);
- Reunião com Diocese de Brejo sobre defesa conjunto em processos judiciais da empresa Ômega contra comunidades tradicionais em Belágua.

#### **4. MONITORAMENTO DE 04 AÇÕES AJUIZADAS NA OEA/ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH EM 2010 (CASOS SACO DAS ALMAS/ BREJO E FAZENDA SÃO JOÃO/ DUQUE BACELAR) E, 02 AÇÕES JÁ ADMITIDAS PELA CIDH CONTRA O ESTADO BRASILEIRO (CASO FRANCISCO DE ASSIS/ CAPINZAL DO NORTE E CASO ALCÂNTARA).**

- Diálogo com familiares do Sr. Assis sobre proposta de solução amistosa;
- Diálogo com Justiça Global sobre o Caso Francisco de Assis para proposição de solução amistosa;
- Realização de reunião com famílias de Pitoró dos Pretos e Resfriado, localizados no PA Costa Fundamento, situado no município de Peritoró, para ouvir as propostas das comunidades para compor Proposta de Solução Amistosa à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) relativa ao Caso Assis.

#### **5. MONITORAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA's)**

- Monitoramento diário das iniciativas de 06 Secretarias de Estado – Agricultura Familiar, Agricultura, Pecuária e Pesca, Infraestrutura, de Planejamento e Orçamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Indústria e Comércio;
- Monitoramento de 02 atividades – relativas à reforma agrária e titulação de territórios quilombolas – do PNDH3;
- Realização de 02 estudos temáticos;
- Análise dos dados 2015;



- Produção de 01 artigo que será publicado em agosto/2016.

## **6.ARTICULAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEIOS E REDES DE COMUNICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO PSE.**

- Divulgação das ações desenvolvidas pela Caravana de Direitos Humanos em Belágua;
- Entrevistas para programas de televisão e rádios sobre denúncias relativas aos impactos socioambientais em comunidades de Belágua produzidos pela empresa Ômega, responsável pela instalação de projeto eólico;
- Colaboração na elaboração da Carta e na produção do vídeo para a Maratona de Cartas sobre Santa Rosa/Araioses, de iniciativa da Anistia Internacional no Brasil; e
- Divulgação da Maratona de Cartas sobre Santa Rosa junto aos parceiros, grupos apoiados e em redes sociais.

## **OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016**

- Participação em oito reuniões ordinária do FEDHMA e reuniões da comissão responsável pelo planejamento da Campanha “Mais Direitos, Mais Democracia”. Participação em reuniões da comissão responsável pelo planejamento da Campanha Mais Direitos, Mais Democracia. A SMDH, assim como outras organizações de defesa dos direitos, está desenvolvendo esforços para fortalecer atuação das conselheiras da sociedade civil no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.
- Reunião interna com outros assessores jurídicos da SMDH sobre encaminhamentos do processo da comunidade Maria Aragão;
- Participação em reunião interna sobre casos de denúncias de violações aos direitos humanos recebidos, encaminhados e acompanhados pela SMDH;
- Participação em oficina interna de comunicação da SMDH;
- Coordenação e registro do estudo sobre projetos de geração de energia eólica;
- Participação em estudo sobre racismo institucional;
- Participação em estudo sobre pedagogia da proteção;

- Participação em uma Oficina sobre Conselhos de Políticas Públicas, promovida pela Diocese de Brejo. Justificou-se pela necessidade de fortalecermos processos de participação e controle social na região do Baixo Parnaíba Maranhense.
- Participação em PMAs de agosto, setembro, outubro e no Seminário de Avaliação das Ações da SMDH realizadas em 2016;
- Participação em reunião com consulado Norte Americano sobre violações aos direitos humanos no Maranhão;
- Participação no Seminário Estadual de Políticas Públicas, promovido pela CNBB Regional NE 5.

#### **IV. AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: Sementes de Esperança**

Diante do dado que quase 80% da população carcerária do Maranhão é negra e vulnerável à prática de violências, as quais muitas vezes ficam impunes por falta de investigação, a SMDH financiada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos avaliou a implementação e eficiência da audiência de custódia, o que contribuirá com o trabalho já desenvolvido pela SMDH na construção de um modelo de monitoramento permanente das referidas audiências como instrumento de enfrentamento à superlotação, à violência e à afirmação dos direitos humanos, no acompanhamento de casos emblemáticos de tortura e maus tratos detectados, nas inspeções às unidades prisionais.

O objetivo geral do projeto é avaliar a implementação e eficiência da audiência de custódia para a redução das prisões provisórias no Maranhão, com vistas a percepção do grau de seletividade da violência e do sistema de justiça, que relaciona classe social, raça/cor e território.

O projeto previa para o ano de 2016 quatro metas:

- Analisar o tratamento dado às denúncias de tortura e maus tratos feitas pelos acusados nas audiências de custódia, com ênfase para os processos de investigação das denúncias cujos sujeitos apreendidos são negros;

- Aferir o percentual e os casos de acusados que tiveram garantido o direito de responder ao processo em liberdade, considerando a questão de raça;

- Diagnosticar a situação e perfil (idade, gênero, grau de escolaridade, situação no mercado de trabalho, tipo penal, antecedentes criminais, raça/cor e território) de presos provisórios, que passando pela audiência de custódia não conseguiram responder ao processo em liberdade;

- Elaborar uma publicação com os dados sobre a avaliação e eficiência das audiências de custódia no Maranhão, identificando possível relação entre seletividade dos processos e preconceitos e estereótipos.

A primeira meta previu 02 atividades, subdivididas em várias ações, conforme descrição abaixo:

**Atividade 1. - Reuniões com órgãos envolvidos/responsáveis pelas audiências de custódia,** que consiste na apresentação e discussão dos encaminhamentos para casos de violações de direitos identificados.

**Atividade 2. Monitorar a tramitação de encaminhamento dos casos de tortura** identificados nas audiências de custódia e na unidade de internação de presos provisórios.

A segunda e terceira meta preveem 01 atividades com algumas ações:

**Atividade 3 Assinalar o percentual e os casos de custodiados que tiveram garantido o direito de responder ao processo em liberdade,** sistematização dos dados aferindo o percentual considerando a questão de raça e identificar o perfil dos presos provisórios, que passando pela audiência de custódia não conseguiram responder ao processo em liberdade.

A quarta meta prevê 01 atividades com algumas ações:

**Atividade 4 Publicar dados sobre a avaliação e eficiência das audiências de custódia no Maranhão,** sistematização da experiência com a publicação de uma cartilha que trará

o resgate da experiência do projeto, conceitos e normativas correlatas, bem como os espaços de denúncias a casos de violação/negação do direito do preso provisório.

As ações previstas foram realizadas, conforme discriminação abaixo:

**Atividade 1. Reuniões com órgãos envolvidos/responsáveis pelas audiências de custódia.**

Paralelo ao trabalho de campo o Projeto foi, no dia 13 de Maio, apresentado ao Presidente do Tribunal de Justiça do MA e ao Defensor Público que atua na Central de Inquéritos. Em 16 de Maio o projeto foi apresentado a Corregedora de Justiça do TJMA e em 19 de Maio o projeto foi apresentado ao Promotor de Justiça que atua na Central de Inquéritos.

No dia 27 de junho o projeto foi apresentado ao Defensor Geral do MA e em 12 de julho ao Procurador Geral de Justiça do MA. No dia 24 de junho/16 o projeto foi apresentado a Juíza coordenadora da Central de Inquéritos e em 01 de setembro/16 ao Secretário de Administração Penitenciária –SEAP. Ocorreu também apresentação no dia 30 de novembro/16 do relatório parcial do projeto Audiências de Custódia.

**Atividade 2. Monitorar a tramitação de encaminhamento dos casos de tortura**

A SMDH possui dados tabulados com um banco de informações que permite catalogar os casos que precisam de encaminhamento. A SMDH fez ofícios a Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial e na apresentação do relatório parcial no dia 30 de novembro tratou dos casos que requerem intervenções e ou encaminhamentos pelas autoridades competentes.

**Atividade 3. Assinalar o percentual e os casos de custodiados que tiveram garantido o direito de responder ao processo em liberdade.**

Com o acompanhamento diário do estagiário de direito ao Fórum/central de inquéritos para análise documental, busca de dados sobre a situação, o perfil e acompanhadas audiências de custódia pelo advogado do projeto, durante um dia na semana, para identificar o tratamento dispensado aos presos nas audiências foi aferido os casos de acusados que tiveram garantido o direito de responder ao

processo em liberdade e o perfil de presos provisórios a que foi concedido o direito de aguardar julgamento em liberdade.

#### **Atividade 4. Publicar dados sobre a avaliação e eficiência das audiências de custódia no Maranhão**

Foram feitos vídeos para divulgação em redes sociais e no site da SMDH sobre audiências de custódia pelo advogado do projeto, Defensor Público que atua na Central de Inquiridos e o Juiz Fernando Mendonça. Foram feitos panfletos do projeto audiências de custódia e panfletos explicativos sobre o direito dos presos em flagrante serem levados à presença do juiz para audiência de custódia. Prevista também a publicação de cartilha disponibilizada aos hospitais, e unidades de saúde de urgência e emergências, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselhos de Psicologia e Serviço Social, CRAS, Conselho Tutelares, técnicos/as da unidade de triagem, e outros espaços públicos como possibilidades de ação educativa junto aos profissionais que já atuam ou possam vir a atuar nesses espaços de atendimento de presos provisórios.

#### **Conclusão**

As normas internacionais sobre direitos humanos a que o Brasil deve obedecer preveem o direito de toda pessoa presa ser apresentada, sem demora, perante uma autoridade judicial, para que esta decida sobre a legalidade e necessidade de sua prisão, bem como sobre a violação de outros direitos seus.

É justamente para viabilizar esse direito humano do preso ao contato com o juiz que surge a Audiência de Custódia como um instrumento garantidor de direitos humanos.

A Audiência de Custódia contribuirá inexoravelmente para reduzir a superpopulação carcerária, diminuir a tensão nos presídios, coibir violações dos direitos dos presos por parte de agentes policiais.

Sendo diretamente beneficiados com as atividades e sugestões ao final do projeto atualmente:

- ✓ Presos provisórios que estão no Centro de Triagem no Complexo Penitenciário

- de Pedrinhas;
- ✓ TJ- MA;
- ✓ Defensoria Pública –MA;
- ✓ MP-MA;
- ✓ SEAP;
- ✓ SSP-MA;
- ✓ IML.

## V. DEFENDENDO VIDAS E GARANTINDO DIREITOS EXPROPRIADOS

O Projeto “Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados” com o objetivo de Contribuir para a garantia da vida e da atuação de defensores (as) a partir do fortalecimento da estratégia de proteção da coletividade dos defensores, da acolhida emergencial de 36 defensores e defensoras.

A realização de 10 oficinas estaduais para o fortalecimento da rede de proteção, a instalação de câmaras de segurança em sedes de coletividades atacadas ou ameaçadas por causa da luta pelos direitos humanos travada por ela, a realização de oficina de intercâmbio sobre a proteção.

Até novembro de 2016 o Projeto estava estruturando suas bases de funcionamento, com a contratação de técnicos, elaboração de termos de referência e iniciando os estudos sobre a violência.

Em dezembro de 2016 realizou-se a primeira oficina Estadual no Maranhão. A previsão é a realização de 05 oficinas até o mês de julho deste ano. Já foram realizadas duas e até final de março serão realizadas mais uma e a oficina de intercâmbio.

Enviou-se ao Secretário de Segurança Pública de Rondônia a lista de assassinatos de trabalhadores ocorridos naquele Estado solicitando informações sobre a abertura de inquérito e processos sobre cada um deles.

Houve a acolhida emergencial e apoio à defensores e defensoras criminalizados: com 04 casos atendidos e 01 em acolhimento e 12 solicitações em análise.

#### ATIVIDADES REALIZADAS

1. Tramitação e celebração do contrato
2. Procedimento de abertura de conta
3. Procedimento seleção e contratação pessoal
4. Elaboração do plano operacional (Anexo )
5. Reunião coordenação - 02 reuniões
6. Setembro de 2016 - Participação na reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Luismar e Dalva participaram na condição de observador: pauta de interesse do Projeto: Criminalização do MST em Goiás

Nesse ponto, foi ressaltado que um trabalhador vinculado ao MST, no estado de Goiás, o Sr. Valdir, está sendo acusado de participar de organização criminosa, juntamente com outros três trabalhadores. A partir das discussões referentes a esse ponto de pauta, definiu-se como encaminhamento a criação de um GT, para que seja discutido o posicionamento do CNDH em relação a aplicação da lei antiterrorismo.

7. Outubro /2016 - Estudo da violência em Rondônia - Levantamento da realidade da violência em Rondônia, o Estado

Em 2015, a violência no campo voltou a patamares históricos. Só em Rondônia foram 20 assassinatos e 3928 famílias nos conflitos da luta pela posse da terra, segundo relatório da CPT. Há ainda 23 pessoas que estão sob ameaça de morte e quatro tentativas de assassinato. Junte-se a isso mais de 3 mil conflitos pela questão da água e se tem um cenário de guerra. Silenciosa para os grandes centros, mas ainda assim, guerra. Não é a toa que a Anistia Internacional classificou como 'epidemia de homicídios' os dados sobre violência no campo no Brasil em 2015.

8. ofício ao Programa Somos Defensores de Colômbia, iniciando os contatos para intercâmbio com o Projeto (26/10/2016);

9. Outubro - participação no Conselho Nacional da CPT para aprofundamento do Projeto (28/10)

A SMDH participou da reunião da Coordenação Nacional da CPT para apresentar o Projeto Defensores e iniciar um diálogo sobre o aprofundamento da pedagogia da proteção e como discutir com toda a CPT a proteção de defensores de direitos humanos. Haverá uma participação do Projeto na próxima reunião da coordenação nacional só para debater pedagogia da proteção.

10. Novembro de 2016 - Audiência Pública sobre as causas da violência em Rondônia promovida pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, INCRA e Entidades e Movimentos de RO(MST, CPT, FETAGRO, MAB). A SMDH participou.

Apresentação do relatório de violência do CNDH: visita in loco em RO, resultado. Foram levantados problemas como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, as famílias não são reassentadas; expulsão de famílias de acampamento por pistoleiros; os seringueiros que suas reservas são invadidas e as lideranças ameaçadas; a Justiça não resolve as ações de desapropriação; a situação de ameaças e assassinatos são graves no Estado. Poucas respostas dos órgãos públicos para as demandas dos trabalhadores. Criaram 02 Grupos: 01 Técnico para verificar descumprimento das condições resolutiveiras dos contratos de alienação de terras públicas para grandes proprietários na década de 1970; e 01 Grupo jurídico: fazer avançar com as ações de retomadas.

11. Novembro (21) - Reunião por Skype com Carlos Guevara do Programa Somos Defensores, da Colômbia.

A reunião visou combinar a realização de uma oficina de intercâmbio com o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, na perspectiva de aprimoramento da proteção dos defensores/as no Brasil. Levantando inicialmente os temas :construção da Política Pública de Defensores, bem como a sistematização da



luta interna travada; mecanismos de proteção e autoproteção instituídos; a pedagogia desenvolvida em vista do processo de proteção; e o sistema de informação.

12. Outubro – construção do Termo de Referência de Acolhimento Emergencial (Termo anexo).

13. Outubro – Petição ao Secretário de Segurança Pública de Rondônia solicitando, com base na lei do direito à informação, quais casos de assassinatos ocorridos em 2015 naquele Estado já tinham inquérito abertos e quais já estavam com processo (Petição Anexa).

14. Novembro - Elaboração do Termo de Referência das Oficinas (Termo anexo).

15. Novembro – Reuniões da Coordenação do Projeto “Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados”, realizadas.

Definiu-se a periodicidade das reuniões da Coordenação; definiu-se que as oficinas seriam realizadas em Estados prioritários (MA/PI/TO/BA; PA; RO/ACRE e Sul do Amazonas; BA; PE/PB/RN; GO; MT; MS/SP; RJ) com apoio de MG e ES; RS com articulações/convites em PR/SC., sendo que as 05 primeiras deveriam ocorrer até agosto de 2017; apresentação do Termo de Referência de Acolhimento Emergencial e o Termo de Referência das Oficinas; Oficinas iniciais: Maranhão – 13 e 14 de dezembro de 2016. (SMDH e CPT); Rondônia/ACRE e Sul do Amazonas – fevereiro de 2017. (CPT, CIMI); RJ com apoio de MG e ES – março de 2017; Pará – maio; MS – junho (CIMI). Definiu-se a metodologia das oficinas.

16. Participação em reunião com a Anistia Internacional para abordagem do tema Defensoras e Defensores de Direitos Humanos conflito por terra e recursos naturais (08/11/16);

17. Participação na Audiência Pública realizada na Sede do Incra, convocada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos para debater a concentração fundiária enquanto uma forte causa no aumento da violência contra lideranças de trabalhadores rurais, indígenas, extrativistas... em Rondônia (08/11/2016)

18. Novembro - Participação no Seminário Nacional do CBDDH – Apresentação do Termo de Referência de Acolhimento, com debate e aprofundamento dessa referência para o acolhimento de defensores/as amealhados/as.

19. Participação na Audiência Pública na Câmara Federal – lançamento da campanha contra criminalização dos movimentos sociais; realizada no dia 09 de novembro de 2016, plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

a. A audiência contextualizou os vários episódios de violência praticados pela Polícia Militar e Polícia Civil nos últimos dias no país. Falou da invasão na Escola Nacional Florestan Fernandes (escola de formação política e ideológica do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e também das ações truculentas da PM contra as ocupações das escolas e universidades em vários cantos do Brasil.

20. Reunião com as entidades de cooperação.

Na Sede da Fundação Ford – Praia do Flamengo 154/8 andar –Rio de Janeiro. A pauta foi levantar os principais desafios e oportunidades no atual cenário para os/as defensores de direitos humanos e do Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos; apresentação dos objetivos e principais atividades dos quatro projetos: Terra de Direitos – Projeto Porticus e OSF; Debate sobre formas de implementação e governança conjunta dos projetos pelo Comitê Brasileiro, considerando os seguintes aspectos: Incidência política em diferentes espaços para garantir e monitorar políticas governamentais de proteção a defensores de direitos humanos; Fortalecimento do Comitê Nacional; Criação de um protocolo de atendimento que estabeleça critérios objetivos para atendimento dos casos de violações contemplados pelos; Suporte emergencial a DDHs em situação de risco e gestão do fundo emergencial; Realização de missões em loco; ações nacionais e internacionais de litígio e/ou advocacy de enfrentamento a criminalização/ameaças.

21. Dia 29/11/2016 - Reunião no Núcleo Agrário da Câmara dos Deputados Federais - Criminalização do Movimentos Sociais - Operação Castra - Situação da Fabiana militante do MST que está presa no PR.

22. Dias 30/Novembro de 2016, 1/2/3 de Dezembro de 2016 - XXI ENCONTRO NACIONAL DA RENAP – REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES –

Advogadas e advogados reunidas e reunidos entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2016, em Curitiba/PR, no XXI Encontro da Renap - Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, agregando mais de 100 advogadas/os e trinta entidades, coletivos e movimentos sociais de todas as regiões do país, do campo e da cidade, diante da conjuntura de golpe institucional, ascenso conservador, intensificação da violência, repressão e retirada de direitos da população brasileira pela via política e judicial, reafirmaram os compromissos com a classe trabalhadora e pobre deste País. Na oportunidade foi realizado uma oficina sobre criminalização dos movimentos sociais, proteção e auto proteção aos defensores de Direitos Humanos.

23. Dezembro - Oficina Maranhão

24. Realizada na Sede do Sindicato dos Bancários em São Luiz. (Participantes: MST, Movimento das Quebradeiras de Coco; Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato de Agricultores Familiares, Indígenas, Movimento de Consciência Negra, Quilombolas, Centros de Defesa de Direitos Humanos, CPT) Foi realizado junto com o Programa Defensores do Estado, levantando-se casos de violência e possibilidade de redes locais de acolhimento de ameaçados (Relatório anexo).

25. Dezembro -Visita em Porto Velho e Ji-Paraná para preparar a Oficina em Rondônia e Relatório da situação da violência no Estado na visão dos Movimentos e Entidades da luta pela terra.

Foram ouvidos: MAB, CPT e CIMI em Porto Velho e Fetagro, MST e Seringueiros em Ji-Paraná.

26. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, realizada no dia 12 de dezembro de 2016.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu uma audiência pública sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro. O evento foi marcado por muitas críticas à iminente aprovação da PEC 55/2016, a PEC do Teto de Gastos. Na audiência também foram abordados os problemas que o país enfrenta na área dos direitos humanos, como racismo, falta de acessibilidade e o desrespeito aos movimentos sociais e defensores e defensoras de direitos humanos.

27. Janeiro de 2017 - Construção do relatório da violência no Estado

O relatório descreve a compreensão de cada um dos movimentos e entidades ouvidas sobre a violência no Estado. Desse relatório se traçou as estratégias de construção da Oficina (anexo).

28. Janeiro 2017 - Reunião na sede da CPT preparatória da Oficina em Rondônia

Apresentação do Relatório de visita em RO.

29. Dia 18 a 20 de Janeiro de 2017 – FÓRUM SOCIAL DAS RESISTÊNCIAS – POR DEMOCRACIA E DIREITOS DOS POVOS E DO PLANETA

A conjuntura mundial nos pede coragem. E frente ao crescente processo de retrocessos políticos, sociais, econômicos e o aprofundamento da crise ambiental há várias iniciativas de coletivos, movimentos e organizações sociais em lutas e resistências. A ideia foi reunir estas várias experiências para trocar de informações, criar pontos de contatos e pensar formas de unir e acumular forças para fazer o enfrentamento político e ideológico frente a essas ofensivas contra os direitos humanos. A Atividade foi uma iniciativa de várias organizações e movimentos sociais brasileiros em diálogo com atores e atrizes sociais da América Latina e do Mundo. Este Fórum ocorreu no âmbito das dinâmicas e metodologias horizontais que caracterizam os processos do Fórum Social e pretende contribuir com a dinâmica de renovação e ampliação do próprio Fórum Social Mundial.

30. Fevereiro e Março - Defensor ameaçado e criminalizado em proteção emergencial junto com sua coletividade (MST).

31. Fevereiro - Reunião virtual Grupo Animador

32. Estudo sobre a justiça retributiva: (presentes: 20 pessoas: da SMDH, MST,...)

Em um ambiente de criminalização e convicção de que o encarceramento em massa seja as únicas formas de se combater a violência e resolver conflitos na sociedade, o aprofundamento e debate da justiça retributiva abrem caminho para se pensar formas alternativas de combate à violência. Nesse sentido, a SMDH promoveu um dia de estudo sobre a justiça retributiva.

33. Março - Oficina em Rondônia

Realizada em Ji-Paraná/RO, no Centro de Formação da Fetagro, com 43 participantes, dos Movimentos: MAB, MST, SERINGUEIROS, INDIGENAS, FETAGRO e das entidades CPT/RO, CPT/AM, CIMI/RO, CIMI/AC, CIMI/AM.

34. Março - Oficina formativa sobre segurança da informação com Igor Padilha da Escola de ativista da comunicação.

O trabalho de proteção do Projeto precisa de sigilo e hoje as facilidades de comunicação tem fragilizado a segurança da informação. Por isso, a SMDH realizou essa oficina para conhecer melhor as fragilidades da comunicação via digital, passando a incluir medidas importantes de segurança a partir da Oficina.

35. Março - Reunião da Coordenação do Projeto no dia 14 de março de 2017.

Preparação da Oficina de Intercâmbio nos dias 21, 22 e 23 de março em Brasília,

36. Casos de defensores e defensoras ameaçados/as:

a. Dezembro - Dalete Soares de Souza, Tiago Chaveiro e João Munhoz Vezetiv Júnior, município de Várzea Grande, Mato Grosso. A previsão é realizar uma atividade de apoio aos defensores e defensora na Oficina em maio deste ano.

37. Defensores de Direitos Humanos que estão sendo processados criminalmente por lutar contra aumento abusivo de passagens de transporte urbano. (Nota de repúdio anexa) - Direitos Humanos.

a. Fevereiro - Defensora ameaçada retirada do seu local de origem em vista de proteção emergencial (LCP).

b. Fevereiro - Elaboração do Termo de Compromisso de acolhimento de defensores e defensoras de Direitos Humanos;

c. Março - Defensor ameaçado (FETAGRO) e está sendo retirado de seu local de origem e deslocado para Rede de Proteção em outro Estado.

d. Março - Pedido de acolhimento de 12 casos emblemáticos do MST de defensores e defensoras de direitos humanos criminalizados e ameaçados. Bem como um pedido de parceria para fortalecimento da proteção a ser oferecida pela Coletividade. Em análise.

38. Março - Reunião com o Setor de Direitos Humanos do MST (Presentes: Mara, Ney Strozake Diego Vedovato, Alessandra e Luismar).

Apresentação de 12 casos emblemáticos de perseguição e criminalização: a proposta de fortalecimento da coletividade. A proposta é construir um plano coletivo de sustentabilidade da auto proteção no MST em parceria com o Projeto.

39. Reuniões semanais da Equipe técnica do Projeto

A Equipe técnica se reúne semanalmente para avaliar e programar os trabalhos da semana.

40. Março -Reunião Virtual Justiça Global – oficina do Rio

41. Reunião com Alessandra da Cáritas Brasileira (Diretora de Direitos Humanos) 20 de fevereiro de 2017.

Apresentação do Projeto "Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados", apresentação da demanda, realização das Oficinas Estaduais.

42. Março - Oficina de Multiplicadores da pedagogia da proteção

A compreensão da pedagogia da proteção é fundamental para se efetivar uma proteção de defensoras e defensores a partir de uma relação horizontal, entre sujeitos

em luta pelos direitos humanos. A Oficina visa preparar um espaço de aprofundamento da pedagogia e preparar defensores e defensoras para contribuir no diálogo junto às coletividades de luta por direitos humanos.

a. Obs.: Em março ainda serão realizadas: reunião do Grupo Animador do CBDDH, a Oficina de Intercâmbio com o Programa Somos Defensores da Colômbia e a Oficina do Rio de Janeiro.

Outras atividades:

43. participação na audiência que julgou habeas corpus de lideranças do MST de Goiás no Superior Tribunal de Justiça (HC371135);

44. Reunião, via Skype, com o Programa Somos Defensores de Colômbia, estabelecendo as bases iniciais para a realização de intercâmbio com o Projeto.

45. elaboração de folder e banner, para utilização nas oficinas;

## VI. PEDDH/MA

O presente relatório busca organizar de forma sucinta o que o PEPDDH/MA conseguiu implementar de suas atividade entre outubro a dezembro de 2016. O PEPDDH/MA é fruto de uma participação da SMDH em edital público lançado pelo Governo do Estado do Maranhão e que resultou em termo de colaboração estabelecido que deu início em 12 de setembro de 2016 onde partilhamos a gestão do deu continuidade das ações do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Maranhão. Este tem como objetivo contribuir na proteção e apoio jurídico e psicossocial aos defensores de direitos humanos em razão de sua atuação, de forma a favorecer a sua segurança e a continuidade de seu trabalho, bem como desenvolver ações que busquem a desarticulação, desmantelamento e responsabilização dos agentes agressores.

O Programa prevê duas metas, a saber: 1- atendimento ao/a defensor/a e 2- gestão do PEPDDH/MA subdivididas em várias atividades, conforme descrição abaixo:

1- atendimento ao/a defensor/a - 1.1- Atendimento Inicial para possível ingresso no PPDDH; 1.2. Apresentação do caso na coordenação Estadual; 1.3. Acompanhamento do caso pela coordenação estadual; 1.4. Atendimento ao DDH incluído no PPDDH/MA;

2- gestão do PEPDDH/MA - 2.1. Montagem do espaço físico para funcionamento da sede do Programa; 2.2. Gestão da Equipe Técnica do PPDDH; 2.3. Criação e instalação de instâncias do PPDDH mediante a construção do marco legal do PPDDH - MA; 2.4. Realização de planejamento, avaliação e monitoramento das ações e atividades do PPDDH; 2.5. Promoção de divulgação/comunicação institucional do PPDDH; 2.6. Gestão do convênio; 2.7. Reuniões Nacionais e da Coordenação Estadual.

Sobre o andamento das duas metas do PEPDDH/MA, elencamos a seguir apenas as atividades que conseguimos efetivas entre outubro a dezembro de 2016.

Meta 1 – Atendimento ao/a defensor/a

Atividade 1 - Atendimento ao DDH para apresentação do Programa e coleta de elementos para análise da ameaça – triagens – a equipe técnica conseguiu realizar 37 triagens;

Atividade 2. Adoção de medidas protetivas de caráter emergencial enquanto o caso estiver em processo de análise - Articulação com órgãos de segurança pública – a equipe técnica acompanhou 01 caso – com apoio a um defensor no período de 01 de dezembro de 2016 a 17 de janeiro de 2017 e pontualmente sua esposa e dois netos no período de natal e ano novo em 2016.

Atividade 3. Acompanhamento do caso em análise, através de fontes documentais e visita in loco. Acompanhamento do caso em análise, através de fontes documentais e visita in loco – a coordenação geral e equipe técnica conseguiu acompanhar 07 casos com atendimentos de análise.

Atividade 4. Elaboração pela equipe técnica de estudo de caso e/ou relatório, ou parecer sobre o caso a ser deliberado pela Coordenação Estadual – a equipe técnica e coordenação geral realizou a elaboração de 04 relatórios envolvendo 4 defensores;



Atividade 5. Realização de ações de visibilidade da atuação do DDH incluído (averiguada possibilidade, caso a caso) – coordenação geral em colaboração com a direção da SMDH realizou 02 atividades – uma oficina estadual sobre defensores em 13 e 14 de dezembro de 2016 com 20 pessoas; visita de inspeção fazenda sabiá em Caxias dia 21.02.17 com pessoas, envolvendo trabalhadores rurais, promotores, o Padre de Caixas e a equipe técnica do PEPDDH/MA;

Atividade 6. Acompanhamento das denúncias/demandas jurídicas e judiciais (acompanhamento dos inquéritos policiais e processos; prestação de apoio jurídico; e articulação com órgãos de sistema de justiça) – a equipe técnica realizou 05 reuniões para tratar de 05 casos diferentes envolvendo 13 defensores/as.

Atividade 7. Viagens para atendimento aos defensores, articulação e monitoramento dos casos – a equipe técnica realizou 12 viagens in loco.

Atividade 8. Articulação institucional e da rede parceira para atendimento/prestação de serviços públicos, diante da demanda apresentada pelo DDH – a coordenação geral estabeleceu 22 articulações em sua maioria com organizações da sociedade civil.

## Meta 2 Gestão do Programa

Atividade 1. Adaptação/Aluguel de imóvel – realizada pela direção da SMDH através de 4 pessoas;

Atividade 2. Aquisição de mobiliário – realizada pela direção da SMDH, através de 3 pessoas;

Atividade 3. Aquisição de materiais de escritório – realizado pela direção da SMDH, através de 2 pessoas;

Atividade 4. Organização de processo de seleção e contratação de profissionais para compor a equipe do PPDDH-MA, através de edital público – realizado pela direção da SMDH com a colaboração da coordenação geral do PEPDDH/MA onde 06 pessoas participaram da condução do processo seletivo e recebeu 58 currículos de psicólogos, 75 de advogados e 77 para técnico social;

Atividade 5. Realização de atividades de capacitação inicial da equipe técnica recém-contratada (1 coordenador, 1 advogado, 1 psicólogo, 1 técnico social, 1 motorista, 1 assistente administrativo) para apresentação e discussão das técnicas, estratégias e metodologias adotadas pelo PPDDH; e repasses e estudo dos casos já incluídos pelo Programa Nacional – equipe técnica e coordenação geral participou de 02 atividades, sendo uma interna e outra com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal ;

Atividade 6. Oferecer atividades de capacitação continuada da equipe técnica, como cursos, oficinas e seminários afins às necessidades diagnosticadas no Programa – a coordenação geral participou 01 atividade em Brasília – novembro de 2016 – seminário Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos;

Atividade 7. Participação em reuniões para discussão do texto do marco legal do PEPDDH-MA e contribuição ao Processo de criação da instância deliberativa do PEPDDHMA – a coordenação geral, a equipe e direção da SMDH participaram de 02 atividades (oficinas), sendo uma setembro e outra em outubro de 2016 com 10 pessoas e outra com 15 pessoas.

Atividade 8. Encontro para realização de planejamento estratégico e metodológico visando garantir a operacionalização das ações do Programa – a direção da SMDH, a coordenação geral e equipe técnica do PEPDDH/MA realizou em novembro de 2016 um dia de planejamento envolvendo 06 da equipe defensores e 06 da direção da SMDH;

Atividade 9. Encontro para realização de planejamento estratégico e metodológico visando garantir a operacionalização das ações do Programa;

Atividade 10. Ofícios com encaminhamentos para os casos em análise e incluídos – a equipe técnica conseguiu escrever e encaminhar 21 ofícios em 2016 sobre os casos em análise e incluídos.

## Conclusão

Os recursos disponibilizados para o PEPDDH/MA são insuficientes diante da demanda altíssima de defensores/as de direitos humanos ameaçados que em sua

maioria são oriundos de conflitos agrários envolvendo trabalhadores/as rurais, indígenas e quilombolas e a equipe contratada é pequena com tamanha demanda. Inclusive vale ressaltar que o número de assassinatos no campo, de janeiro a novembro de 2016, no Maranhão foi o segundo maior no Brasil, com 12 mortes registradas, de acordo com os dados de um balanço anual da questão agrária divulgado dia 07 de dezembro de 2016 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com o levantamento, o Maranhão só fica atrás do estado de Rondônia, que registrou 17 mortes em 11 meses de 2016.

Sobre essas dificuldades e, em especial em relação aos recursos não há o que se fazer, mas se tem procurado otimizar para que se cumpra com as metas do Programa. Mas vale destacar que rubricas continuam descobertas, como por exemplo, compra de equipamentos de segurança para residências de defensores/as e ou entidades da sociedade civil. Já em relação a grande demanda, esta continua grande, mas do segundo semestre de 2016, precisamente em a partir de outubro de 2016 a equipe técnica e coordenação perseguem o intento de atender a demanda advinda do Governo Federal e daí construir mecanismos próprios para avaliar quem de fato está em ameaça e risco e quem não sofre essa violação ou mesmo que cessou ou diminuiu. Há que se destacar ainda que os conflitos persistem, mas aqueles que demandam defensores/as está se buscando por soluções e essas tem diminuído o nível de tensão.

Por fim, é possível identificar alguns resultados que sinalizam que o PEPDDH/MA deu passos significativos para se constituir numa política pública com efetiva intervenção da sociedade civil, a saber:

- Nível de tensão e ameaças diminuídos em relação a 5 casos graves – Comunidade Vergel em Codó, Fazenda Sabiá em Caxias, TI Alto Turiaçu – entre Zé Doca, Maranhãozinho, acampamento Monte Alegre em Itinga do MA, São Benedito dos Colocados – Codó;
- Conseguiu-se acompanhar duas audiências de conciliação em relação a situação da terra envolvendo dois casos, sendo uma em Imperatriz e outra em Codó e ainda uma

- inspeção pelo Ministério Público Estadual – Promotoria Agrária e Promotoria de Caxias
- na fazenda sabiá em Caxias;
  - Conseguiu-se chegar em alguns acordos básicos e se definiu um texto para o Projeto de Lei Estadual no MA – SMDH e SEDIHPOP;
  - Duas portarias internas na SEDIHPOP foram aprovadas para regular o funcionamento temporário do PEPDDH/MA até que o marco legal seja aprovado na Assembleia Legislativa;

## Informações da entidade

---

### **Sociedade Maranhense de Direitos Humanos**

Rua de Santiago, nº 99 – Centro – CEP: 65015-450 – São Luís/MA

Avenida W5, SGAN 914, Conjunto F, Aldeias Infantis, Casa 02, CEP 70.790- 140 – Brasília-DF

– Telefax: (98) 3231 1897 / 3231 1601 - (061)3272-8372/3273-4585

– Endereços eletrônicos: [smdh@terra.com.br](mailto:smdh@terra.com.br) [smdhbsb@terra.com.br](mailto:smdhbsb@terra.com.br)

Site: [www.smdh.org.br](http://www.smdh.org.br)